

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.908 - SP (2019/0295470-1)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DALYSON CARLETO ROCHA
ADVOGADO : DALYSON CARLETO ROCHA - SP400242
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : PAULO RICARDO DE SOUSA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

PAULO RICARDO DE SOUSA alega sofrer constrangimento ilegal em decorrência de decisão proferida por desembargador do Tribunal *a quo* no Habeas Corpus n. 2211247-96.2019.8.26.0000, em que **foi mantida a determinação de cumprimento de mandado de prisão expedido em 5/2/2019.**

Da análise dos autos, observo que este *mandamus* foi **deficientemente instruído**, pois o impetrante olvidou de instruir o feito com cópia da **decisão do registro digital de ocorrência a que faz menção na própria petição inicial**, o que impossibilita a compreensão do caso e, por conseguinte, o exame da suposta ilegalidade.

Ação constitucional de natureza mandamental, o habeas corpus tem como escopo precípua afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir, cuja natureza urgente exige prova pré-constituída das alegações e não comporta dilação probatória.

É cogente ao impetrante – sobretudo quando se tratar de advogado constituído – apresentar elementos documentais suficientes para se permitir aferir a suscitada existência de constrangimento ilegal no ato atacado na impetração.

À vista do exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o habeas corpus.

Nada impede, porém, à vista dos princípios da celeridade e da economia processuais que, caso a parte traga a aludida peça faltante, o pedido seja considerado e analisado.

Publique-se e intinem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

